



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### ACTA NÚMERO NOVE

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de Mil Novecentos e Noventa e Cinco, pelas vinte horas e quinze minutos, verificada a existência de quorum, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- **Um - Apreciação e votação do Relatório e Contas de Gerência do ano económico de 1994, desta Câmara Municipal;**
- **Dois - Proposta da Câmara Municipal para aprovação da criação de um lugar de Oficial Administrativo Principal e de dois lugares de Motorista de transportes colectivos no Quadro Privativo neste Município;**
- **Três - Unidade de Engarrafamento de Águas de Mesa;**
- **Quatro - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

Aberta a Sessão e depois de conferidas as presenças dos Deputados desta Assembleia, verificou-se a ausência dos Deputados Manuel José Gomes Lucas e José Tomaz Gomes Costa.

O Senhor Presidente da Mesa desta Assembleia iniciou a Sessão, cumprimentando os presentes e justificando que a mudança do início da sessão das vinte e uma horas, como é costume, para as vinte horas, se devia ao facto de assim se ter mais tempo para debater os problemas e sobre eles melhor poder reflectir.

No Período de **Antes da Ordem do Dia**, inscreveram-se os Municípios António José Ascensão Fraga, José Rabaça Serra, Emília Saraiva, Nuno Matos Soares e António Manuel Baptista. Inscriveram-se também os Deputados Novo de Matos, Carlos Alberto Fraga Viegas dos Santos e Fernanda Isento.

O Senhor António José Ascensão Fraga começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, bem com os restantes presentes. Referiu que na ultima Assembleia, depois de encerrado o período destinado à intervenção do público, ouviu nessa sessão alguns comentários e que por uma questão de princípio não pode ficar a eles calado. Começa por se dirigir ao Verador Lemos dos Santos, e diz que a expressão “pau mandado” utilizada pelo Deputado Carlos Viegas pode ser excessiva mas confessa ter ficado perplexo como é que o Sr. Vereador com tantos anos de experiência política reage com uma classificação de ordem psíquica que deve dizer que essa parte é que o toca. Afirma também que basta sucessivos Ministérios da Saúde lhe quererem tirar competências a ele e aos colegas, só faltando vir ouvir o Sr. Eng. em assuntos de psiquiatria. Seguidamente referiu-se ao Dr. Luís Melo sobre os tempos da AD e sobre ter dito que não tinha tido complexos de direita, dizendo-lhe que houve mais gente que não os teve. Sobre a afirmação que haveria 5 ou 6 membros desta Assembleia que só se representariam a eles próprios. Na saída conversando com o Sr. José Quaresma Domingos eu disse que dois seriam os do CDS-PP, outro seria o Dr. Novo de Matos do Partido Comunista e, ele em tom irónico disse-me que se calhar ele também era um deles, e continua sem saber quem eram os outros dois. Depois de assistir ao abandono da sala pelos membros do P.S., fica estupefacto ao ver o Dr. Luís Melo comparar os métodos do PP aos do Sr. Jean Marie Le Pen, quando ele tinha acabado de mandar dois murros na mesa. Então pergunta se não serão estes os métodos de Jean Marie Le Pen. Quanto a um comunicado do Partido Socialista é de estranhar que nele se refira que não gostam de um adversário político. Pensa que já é tempo de se saber que depois do 25 de Abril, cada um gosta do que quer. Quanto ao Sr. Presidente da Câmara, e a nível de critica construtiva, chama à atenção para os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sanitários da Praça Luís de Camões que já por duas vezes pode constatar que se encontravam em muito mau estado de limpeza.

O Sr. José Rabaça Serra interveio para apelar à resolução de um problema que pôs ao Executivo no início do mandato e que ainda não teve qualquer resposta, sobre a Transportes de Manteigas, Lda.

A D. Emilia Saraiva chamou a atenção do Executivo para o problema de estacionamento na porta da sua casa comercial e que já à dois anos que tem pago as multas que são aplicadas aos seus clientes e apela para que o problema seja resolvido uma vez que se sente lesada não só na despesa que se vê "obrigada" a efectuar com as multas como também com o incomodo que é causado aos seus clientes. Um outro ponto que queria chamar à atenção é para a Câmara ceder uma viatura que preste apoio aos peregrinos que se dirigem a Fátima a pé, prontificando-se a pagar as despesas com o motorista e a viatura.

A intervenção do Sr. Nuno Soares foi na primeira parte para cumprimentar os presentes e felicitar o Sr. Presidente da Assembleia pela ideia de convocar a Assembleia para uma hora mais cedo e a segunda parte para se mostrar admirado com o facto de não haver público presente na sala no início da sessão, quando algumas sessões atrás se via a sala completamente cheia, sem haver sequer lugares sentados para tanta gente. Apelou assim para que os Srs. Deputados debatessem mais os problemas do Concelho e deixassem as "poliquices" uma vez que pensa ser interesse comum desenvolver a terra em vez de gastar palavreado e tempo em debates inúteis, causando assim o desinteresse dos municípios nas instituições que os representam.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Novo de Matos, que começou por pedir desculpa pelo facto de utilizar este tempo destinado aos municíipes, apresentou uma moção que queria ver votada e que se encontra transcrita nesta acta e uma saudação aos trabalhadores de Manteigas relativa ao 1º de Maio que fica anexa a esta acta em pasta própria.

A intervenção do Sr. Deputado Carlos Viegas foi inicialmente para saudar todos os presentes e dizer que ouviu com especial interesse a intervenção do Sr. Nuno Soares, e, que se no período antes da ordem do dia são tocados problemas de âmbito nacional, é porque o PP acha que eles de uma maneira ou de outra acabam por ter efeito nas autarquias. Face aos acontecimentos que se sucederam na última Assembleia, cumprimenta o Sr. Presidente da Mesa pela forma democrática como tem sabido conduzir os debates e as sessões. Relativamente e factos passados que culminaram com o abandono da sala pelos deputados Socialistas, gostaria de dizer que assim como há grandes senhores disfarçados de crianças, também há crianças disfarçadas de respeitáveis senhores. Reserva desde já o direito de processar judicialmente por injurias ou difamações quem nos debates políticos não se souber conter em relação à sua pessoa.

A Sra. deputada Fernanda Isento começou a sua intervenção pedindo para que fosse lida uma carta que o sr. Vereador Lemos Santos havia dirigido à Mesa a explicar o sucedido na ultima Assembleia. Diz que nem em assembleias de trabalhadores onde já participou e onde existem pessoas dos mais diversos quadrantes políticos e com um nível de formação académica bastante baixo se chegou ao ridículo que foi a ultima Assembleia. Saúda a intervenção do Sr. Nuno Soares e pegando nessa intervenção apela a que nos debates haja ponderação que não se esteja a interpelar ninguém e que se permita o direito de resposta especialmente se forem interpelações pessoais. Apresentou também uma moção sobre o 25 de Abril que se encontra em pasta anexa a esta acta.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Sr. António Manuel Baptista, voltou a insistir no problema do transito e referiu que com perplexidade notou que desde a ultima Assembleia nada foi alterado. Concorda com a D. Emilia Saraiva no problema dos estacionamentos e chama a atenção para rápida resolução do problema uma vez que se pode estar assim a excluir turistas de Manteigas. Gostaria de afirmar que é apartidario mas não apolítico e que gostaria de corrigir a Sra. Deputada Fernanda Isento que nesta Assembleia não há doutores mas sim licenciados e que sem querer ter uma atitude paternalista, diz que se nesta Assembleia se quer debater o bem do concelho de Manteigas, tem que dizer que muito pouco se tem feito. Pede desculpa mas diz que ou trabalham para o bem da terra ou então não vale a pena. Assente a carapuça a quem assentar. Parece que há pessoas com mais interesse na promoção partidária do que na resolução dos problemas do concelho. Quem quer vir para aqui debater por debater não vale a pena. Se querem fazer debate apresentem propostas alternativas e construtivas, não fiquem simplesmente a dizer que o apresentado não é a melhor solução. Seria melhor que os Srs. Deputados se inteirassem correctamente dos problemas existentes e que tentassem solucioná-los o melhor possível.

Terminado o período de intervenção para o público, interveio o Sr. Presidente da Mesa para dizer que no fundo todas as intervenções tinham caído numa tónica que era o de apelar ao debate construtivo. Disse ter sido pedido pela D. Fernanda para ler a carta do Eng. Lemos dos Santos, que esta se encontrava na correspondência recebida e que seria comentada no devido tempo. Pediu aos Municípios que de futuro não foquem nominalmente nas sua intervenções pessoas presentes ou ausentes caso contrario vesse na obrigação de lhe retirar a palavra. Quanto aos Sr. Vereadores apenas poderão intervir no âmbito das suas competências e quando o Sr. Presidente da Câmara o solicitar. Seguidamente o Sr. Presidente leu a correspondência recebida que se encontra arquivada em pasta própria. Não quis ler a carta do Sr. Eng. Lemos dos Santos, como lhe tinha sido solicitado, porque ela contém juízos de valor e o assunto é pessoal.

Passando aos pontos de ordem de trabalhos começou por se ler a acta da Assembleia anterior. Terminada a leitura abriram-se as inscrições para debate da mesma. Inscreveram-se os Srs Deputados Albino Cardoso, Novo de Matos e José Martins Cleto.

O Sr. Deputado Albino Cardoso pediu para constar em acta que abandonou a sala unica e simplesmente porque lhe foi recusado um pedido de suspensão dos trabalhos por 10 minutos para repor a ordem na sala.

O Sr. Deputado Novo de Matos lamentou o tempo que se perdeu com a leitura da acta e disse que os seus discursos estão ligeiramente deturpados.

O Sr. Deputado José Martins Cleto leu uma declaração de protesto que se encontra anexa a esta acta.

A acta foi aprovada com zero votos contra, cinco abstenções e dez votos a favor. Foi proferida uma declaração de voto pelo Sr. Deputado Albino Cardoso que disse: "A abstenção dos deputados do PS deve-se ao facto de não terem estado presentes até final da sessão. Queria também lamentar a forma pouco criteriosa como foram referidos após o abandono da sala".

Procedeu-se então a um intervalo de dez minutos e no regresso aos trabalhos iniciou-se o ponto um da ordem de trabalhos:

**Apreciação e votação do Relatório e Contas de Gerência do ano económico de 1994, desta Câmara Municipal.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que enquadra-se a Assembleia de forma ligeira e rapida para depois esta poder avançar e discutir o ponto em causa.

O Sr. Presidente da Câmara começou por saudar os presentes e disse que antes de mais como diria La Palice, um plano é um plano, que é elaborado no final de um ano e que pressupõe a sua execução na seguinte. Por ser uma antevisão por projecção, que tem uma componente política e outra económica, deve ser feito com o maior dos rigores, mas há factores que interna e externamente condicionam a sua execução. O Relatório é a contrapartida do Plano e a Conta de Gerência a contrapartida do Orçamento. Este Relatório aponta em omissão ao Plano a compra de um autocarro, o avanço do Parque de Campismo Rural de Sameiro, a execução do projecto de tratamento dos efluentes da Sofizel e do Lavadouro e a Remodelação da ETAR de Sameiro. Em revisão aditaram e não executaram as obras de beneficiação do Centro Cívico de Manteigas, as obras de beneficiação dos Paços do Concelho e as Praias Fluviais. Queria dizer que em relação ao Centro Cívico houve razões para não se avançar com as obras embora se tenha aberto concurso para se fazerem só que não foi conseguido que a Direcção de Ordenamento do Território financiasse as obras para complementar a verba que estava contida em Orçamento. Sobre as obras de beneficiação dos Paços do Concelho, faltou o tempo e engenho para poder apresentar ao Programa de Modernização Administrativa que de alguma maneira iria financiar o projecto. Quanto às praias fluviais o projecto foi indeferido pelo Ministério competente, na altura. Todas estas obras estão novamente candidatadas e espera-se que com melhor sorte neste ano de 1995. A aquisição do autocarro foi em parte abandonado porque se arranjou solução alternativa, para já. O projecto do Parque de Campismo Rural de Sameiro foi abandonado, pelo que outra solução terá que ser estudada. O projecto de ligação dos efluentes da Sofizel e Lavadouro à ETAR foi desaconselhado por um técnico do Ministério do Ambiente que visitou o local. Este mesmo técnico aconselhou a que a ETAR de Sameiro fosse deslocada para jusante de Sameiro, o que se está a negociar com o Parque Natural e o referido Ministério. Também se recuperou a obra do Centro de Férias da Sicó, uma vez que ela foi abandonada pelo empreiteiro. Desbloqueou-se os projectos das Estradas 232 e 338. Também se apoiaram as instituições que se dirigiram a esta Câmara para solicitar a ajuda do Município. Também se pode referir que não foi a falta de dinheiro que fez com que as obras não fossem em grande número, mas pelo facto de termos uma gestão aprimorada dos recursos existentes e não querermos fazer obra simplesmente para aparecer obra feita. O que for feito tem que ser para o bem-estar e para o desenvolvimento da população do Concelho. No entanto nunca será demais salientar que o ano de 1994 foi essencialmente um ano para desenvolver projectos. As pequenas coisas não foram descuradas e as grandes coisas não se podem fazer sem projectos, como se deve compreender. É de facto com esses projectos que se espera transfigurar a imagem de Manteigas. Transmitiu-se também uma forte descentralização como se pode constatar com outorga às Juntas de Freguesia de algumas obras que não constavam em plano. Sobre a parte financeira, parece que os números são bem reveladores da contenção que se fez e mostra que apenas gastamos o que se mostrou necessário não desperdiçando fundos.

Terminada a explanação do Sr. Presidente da Câmara, abriu-se o período de debate para o qual se inscreveram os Srs. Deputados Albino Cardoso, Fernanda Isento, Carlos Viegas e Novo de Matos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Albino Cardoso que começou por perguntar se podia ser votado em separado o Relatório e a Conta de Gerência, ao que lhe foi respondido que não era possível.

Seguidamente pediu que fosse esclarecido sobre o critério dos subsídios, Caminho das Regadas, gastos de pessoal, Centro de Férias da Sicó e amortização de empréstimos.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo em relação aos subsídios que o critério foi o mesmo que vinha até agora a ser utilizado porque as associações não corresponderam ao apelo da Câmara para que entregassem os seus planos de actividades para serem subsidiados conforme as actividades que pretendessem desenvolver. No Caminho das Regadas, a dúvida era se em causa estava a rectificação do Caminho, como aparecia na documentação ou se era abertura, pelo que respondido que era rectificação do projecto do referido caminho. Nos gastos de pessoal foi orçamentado menos do que era preciso porque não continham os aumentos da Função Pública e porque quase todo o ano esta Câmara teve desempregados colocados pelo Centro de Emprego a trabalhar nos diversos serviços, tendo a Câmara que lhe pagar o subsidio de refeição e atribuiu-lhe um subsidio mensal além do que recebiam do Centro de Emprego. Quanto ao Centro de Férias da Sicó, como a obra esteve parada durante algum tempo, por abandono do empreiteiro, já com o novo empreiteiro não se conseguiram fazer as obras que se queriam fazer, daí o desvio das contas. Quanto aos empréstimos deve-se à negociação que sempre acontece entre o FEF e o BEI.

A D. Fernanda Isento questionou sobre o subsidio à Associação do Centro Cívico e sobre o do Grupo Coral de Manteigas.

Foi respondido pelo Sr. Presidente da Câmara que como a Associação ainda não foi extinta, o que se faz no Centro Cívico tem que ser canalizado pela Associação e neste caso foi a compra de umas placas de madeira para tapar o chão do pavilhão para se poder fazer espectáculos e bailes. Relativamente ao Grupo Coral recebeu além do subsidio uma comparticipação que na altura solicitou.

O Sr. Deputado Carlos Viegas criticou a gestão e o rigor referido pelo Sr. Presidente da Câmara. Referiu que leu atentamente a declaração de voto dos Vereadores Socialistas e que depois de ver com atenção o Relatório de Actividades e o Plano de Actividades pensou estar a falar de coisas diferentes, pois há coisas que aparecem no Plano e que não são referidas no Relatório, assim como aparecem no Relatório coisas novas em relação ao Plano. Aponta como exemplos os capítulos 00 que não aparece no Relatório sobre a compra de um sistema informático de grande porte, como é referido no plano, 01-Educação sobre Jardim de Infância da Lapa, 02-Cultura sobre a sede da Filarmónica Popular Manteiguense. Também nada aparece sobre a Entrada da Vila, e sobre um inquérito aos Bairros do Outeiro e do Alardo, capítulo 07 - Salubridade e saneamento nada é referido em relação à despoluição, quanto à ETAR foi-lhe referido por quem tem conhecimento da matéria que as instalações são do melhor a nível nacional, o que falha é a manutenção, o que nem admira dada a multifuncionalidade de quem está encarregue da estação. Sobre a rede de água não consta referência sobre o estudo que se fala no Plano, nem sobre novas captações. As anomalias continuam a verificar-se, especialmente na Lapa, onde alguns municípios estão a pagar ar por água. Sobre matas e jardins não refere se se candidataram ou não como consta do Plano. Na Protecção Civil é estranho que apareça aqui a comparticipação na instalação do aquecimento do quartel da GNR. Sobre subsídios refere que em vez de se continuar com uma política anterior primeiro se deveria ver se isso estaria certo ou não.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sobre os anexos da Conta de Gerência diz que as percentagens estão mal calculados porque falta multiplicar por 100 os resultados apresentados e que existem manobras de engenharia financeira. Por estas e outras que ficaram por referir o PP não pode deixar de votar contra não pela Conta de Gerência como o Partido Socialista, mas sim pelo Relatório de Actividades.

O Sr. Presidente respondeu que a maneira como se apresenta o Relatório de Actividades e Conta de Gerência não são da responsabilidade do Executivo uma vez que são modelos impostos pela legislação em vigor.

Quanto à informática, esta perfeitamente introduzida e o dinheiro foi gasto, encontrando-se descrito na respectiva rubrica. Quanto ao Jardim de Infância ele consta do plano, e o projecto já existia e vinha de trás. Relativamente à Filarmónica não se conseguiu, em conjunto com a Direcção, arranjar uma casa onde se pudesse vir a construir a Sede, de maneira que se tentará arranjar uma solução alternativa. As praias fluviais, tal como foram apresentadas, precisam de um despacho do Ministério do Ambiente para se poderem instalar. No entanto, para constar como praia fluvial, tem que haver uma sustentação orçamental, independentemente de virem ou não a ser aprovadas. Tivemos a pouca sorte de não ter sido aprovada. Quanto aos inquéritos dos Bairros do Alardo e do Outeiro, ele foi feito e poderá ser apresentado também a esta Assembleia, e constitui o mínimo para podermos candidatar às entidades competentes a construção de um bairro social. Quanto à saúde, tem-se acompanhado a evolução dos acontecimentos e com as alterações que foram introduzidas, ainda não foi definido o papel da Câmara.

Quanto à Entrada da Vila, e como teve oportunidade de ver, pediu-se uma alteração ao projecto, que apenas foi efectuada já no decorrer desta ano.

As Estradas 232 e 338 foi-nos dito que havia atrasos de logística. Sabe-se que apenas neste mês de Abril deve ser entregue o projecto da 232 pelo gabinete encarregue dessa tarefa. A 338 vai a concurso em Junho, para ser feito o projecto.

Relativamente aos efluentes, fomos condicionados pelo 2º QCA que se atrasou e sem ele os privados não avançaram, e a Câmara apenas vai co-financiar o projecto.

Quanto à ETAR se calhar até é das melhores a nível nacional mas para nós isso não chega. Queremos que ela evolua em termos de qualidade e por isso chamamos os técnicos competentes que nos aconselharam a fazer algumas modificações, especialmente a nível de recepção dos efluentes.

No respeitante às águas, foram feitos dois levantamentos, um pelo GTL e outro pelo GAT e esperamos que sejam feitos os projectos correspondentes, não só a nível de rede como de depósitos que suportem a água, tanto na Vila, como em Sameiro, do lado do Cemitério.

De facto vê-se assim que algumas coisas não foram feitas por factores exteriores a nós próprios. A água da Lapa insere-se no que foi dito para as águas, e posso dizer que se comprou um equipamento que acabou de chegar à Câmara para resolver transitoriamente o problema, até solução definitiva.

Em relação às matas e jardins, foram apresentados quatro projectos, um pela Junta de Freguesia de Sameiro, e pela Câmara, um para a Carvalheira, outro para a Relva da Reboleira e um outro para o Souto do Concelho. Foram todos eles apresentados, mas a celeridade do PAMAF não está a ser a necessária.

Na Protecção Civil, esta era a única rubrica que tinha capacidade para fazer sair o dinheiro para o aquecimento da GNR.

Mais uma vez tem que ser referido que os projectos que foram apresentados e não foram feitos, se ficou a dever em grande parte a factores exteriores à própria Câmara.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Sr. Deputado Novo de Matos interveio no sentido de dizer que encontrava uma grande discrepância entre o Plano e o Relatório, falta a corporização do Plano. A população começa a perguntar onde estão as obras que o Executivo prometeu. Também referiu os subsídios, sobre os critérios de atribuição de ajudas. Perguntou qual era a constituição do Conselho Consultivo de Saúde.

Referiu que iria abster-se na votação dando assim o ultimo beneficio da duvida ao Executivo.

O Sr. Presidente respondeu dizendo que reafirmava o que tinha dito anteriormente e que em relação aos subsídios as Associações tinham sido contactadas no sentido de enviarem os seus Relatórios e Planos de Actividades. Como muito poucas responderam a tal solicitação, e à falta de melhor, decidiu-se continuar o que tinha sido até aqui.

Quanto ao Conselho Consultivo de Saúde a sua constituição é um representante da Assembleia, um representante das associações humanitárias, um representante da Câmara Municipal e um representante das instituições privadas de saúde se existirem. No entanto o funcionamento dos Conselhos ainda não está regulamentado.

O Sr. Deputado Albino Cardoso pediu para intervir novamente e disse que tinha conhecimento que a Escola Primaria iria fazer um sorteio para comprar material didático, e que achava que este problema bem podia ser resolvido entre a Câmara e a Escola. Também perguntou ao Sr. Presidente se recebia o vencimento por inteiro ou a 50%, ao que lhe foi respondido que recebia por inteiro, tendo continuado a perguntar o que foi feito para se esclarecer se o Sr. Presidente tem direito ao vencimento por inteiro ou não, uma vez que há pareceres desfavoráveis e depois aparece um parecer favorável a referir duas firmas. Pergunta onde está a terceira, tendo-lhe sido dito que foi vendida.

O Sr. Deputado Luis Melo perguntou ao Sr. Presidente se cumpriu ou não o que é referido no Código das Sociedades, sobre a renuncia à Gerência.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que tinha renunciado em Assembleia Geral ao cargo de Gerente em relação a duas das empresas como consta em acta da Assembleia Geral, e que em relação à terceira foi vendida pelo que deixou de ter qualquer ligação a ela.

Terminada esta intervenção o Sr. Deputado Luis Melo pediu para intervir, e disse que este assunto era delicado e que estão a ser postas em causa não só a honestidade do Presidente da Câmara como também de documentos oficiais, que são os registos feitos em Cartório Notarial. Referiu também que apenas por sofisma este assunto ainda pode ser posto em causa.

O Sr. Deputado Novo de Matos pediu que fossem postos em votação os documentos porque começava a ficar tarde e ainda só se ia no 1º ponto. O Sr. Presidente da Mesa acedeu e pôs à votação o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência. Foram aprovados com sete votos contra, uma abstenção e oito votos a favor. Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. Seguidamente foi lida pelo Sr. Deputado Albino Cardoso uma declaração de voto dos membros do Partido Socialista, que se encontra em anexo a esta acta.

Passou-se então ao ponto dois da ordem de trabalhos que era:

**Proposta da Câmara Municipal para aprovação da criação de um lugar de Oficial Administrativo Principal e de dois lugares de Motorista de Transportes Colectivos no Quadro Privativo deste Município.**

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que situasse a Assembleia e desse a conhecer qual tinha sido a votação do Executivo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o Município se confrontava com uma situação de desequilíbrio na pirâmide que se pretendia equilibrada nos Oficiais Administrativos Principais em favor dos Primeiros Oficiais. Como existe um Primeiro Oficial com classificação de bom em três anos de serviço, entendeu por bem o Serviço de Pessoal que fosse pedido ao Executivo a criação deste lugar. Este lugar será extinto quando vagar. Relativamente aos motoristas descobriu-se que tendo motoristas de pesados, de acordo com a nova classificação regulamentada em diploma legal, teriam que se criar dois lugares de Motorista de Transportes Colectivos.

O Sr. Presidente da Assembleia perguntou então ao Sr. Presidente da Câmara como se iriam processar a ocupação dos lugares, ao que lhe foi respondido que em princípio por concurso interno, e que depois de classificados os concorrentes os processos eram enviados ao Tribunal de Contas para serem visados.

Como não houve duvidas nos Srs Deputados, o Sr. Presidente da Mesa pôs à votação o ponto dois da ordem de trabalhos que foi aprovado por unanimidade e em minuta para poduzir efeitos imediatos.

Após um intervalo de cinco minutos voltou-se aos trabalhos para discutir o terceiro ponto.

### **Ponto três - Unidade de Engarrafamento de Aguas de Mesa em Manteigas.**

O Partido Popular apresentou uma proposta. Foram abertas inscrições para debate da proposta apresentada, tendo-se inscrito o Sr. Deputado Carlos Viegas, para explanar a proposta e os Srs Deputados Albino Cardoso, José Quaresma Domingos, Novo de Matos e Luis Melo para debate da proposta.

A intervenção do Sr. Deputado Carlos Viegas foi no sentido de dar conhecimento que o PP tinha enviado ao IGAT este processo e que lhe tinha sido comunicado que o Município de Manteigas iria ser alvo de inspecção periódica dentro em breve.

Referiu que os documentos já tinham sido distribuídos e que na ultima Assembleia apenas tinham retirado a proposta da votação porque entretanto os Deputados do PS tinham abandonado a sala e o PP queria ver votada a proposta por todas as forças políticas com assento na Assembleia. Quanto à possibilidade do PP estar a representar os interesses de alguém, só pode ser concebível por não conhecerem a sua postura. Quem conhece sabe que apenas o move o sentido de repor a legalidade, quem não conhece passará a conhecer.

O Sr. Deputado Albino Cardoso interveio no sentido de dizer que se os Deputados do PS abandonaram a sala na ultima Assembleia não foi por medo de votar o que quer que fosse. Pediu também que alguém que tivesse conhecimento do assunto o elucidasse.

O Sr. Deputado José Quaresma Domingos voltou a insistir que se deveria esperar pelas conclusões da inspecção e depois se tomaria uma decisão.

O Deputado Novo de Matos referiu a título irónico que este assunto já tinha feito mais por Manteigas que a Comissão Regional de Turismo, uma vez que tinha em seu poder três jornais que referiam o assunto, sendo um deles de âmbito nacional, outro regional e inevitavelmente o local.

Insistiu no facto de se clarificar a situação e de dizer que a CDU mantém sempre a mesma postura. Por vontade da CDU volta tudo à estaca zero e faz-se então realmente um processo correcto e pode-se fazer porque até temos suporte legal para o fazer, uma vez que todos os prazos fixados foram já ultrapassados, por isso vai votar favoravelmente a proposta do CDS-PP.

O Sr. Deputado Luis Melo referiu que gostaria de fazer dele as palavras do colega Novo de Matos, mas perguntou quem já analisou o contrato devidamente. Apela sobretudo à ponderação da Assembleia. Se lerem correctamente o contrato verão que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

quem o redigiu, contornando ou não a lei, teve cuidado de lhe dar uma redacção que lhe permite múltiplas manobras. Não é por acaso que a Sociedade em causa pediu mais 360 dias de prazo. A denuncia de qualquer contrato nesta situação implica riscos financeiros. Quem nos garante que a Sociedade não vem depois pedir uma choruda indemnização à Câmara. Volta a apelar à ponderação e diz que se alguém desta Assembleia garantir que este contrato é ilegal, não terá problema em votar favoravelmente, caso contrario votará contra esta proposta.

O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para referir que a Empresa "da Nascente" havia enviado um ofício à Câmara a pedir uma nova prorrogação de prazo. Seguidamente leu o ofício entrado nos serviços desta Câmara em 27/03/95, que se encontra arquivado em pasta própria e do qual foi tirada fotocopia para ficar anexa a esta acta.

Este ofício foi analisado em sessão de Câmara de 12 de Abril e foi deliberado que por unanimidade que fosse prorrogado o prazo nos seguintes termos: o inicio da laboração terá que se efectuar até 31 de Março de 1996 e que aumento de capital para 150 mil contos se efectue até ao inicio das obras de construção civil e arquitectura.

O Sr. Deputado Novo de Matos perguntou se havia alguma escritura ou deliberação depois de 2 de Julho de 1993, ao que lhe foi referido que havia a escritura de concessão que datava de 28 de Dezembro de 1993.

O Sr. Secretário da Mesa passou a ler a proposta que se encontra em anexo a esta acta, e terminada a leitura o Sr. Presidente da Mesa pôs à votação a proposta. A proposta foi rejeitada por três votos a favor, seis abstenções e sete votos contra.

O Sr. Deputado José Quaresma Domingos fez a seguinte declaração de voto: Espera uma rápida conclusão da inspecção e que ela seja concludente neste assunto. O Sr. Presidente da Mesa subscreveu esta declaração de voto.

Terminado assim este ponto, passou-se ao quarto ponto da ordem de trabalhos.

### **Quarto ponto - Apreciação de qualquer outro ponto de interesse para o Município.**

Inscriveram-se para este ponto os Srs Deputados José Martins Cleto, Carlos Viegas, Novo de Matos, Luis Melo e Albino Cardoso.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Martins Cleto que perguntou o que se passava com o saneamento da Rua das Prezas, referiu que faltou a divulgação do programa de comemorações do 25 de Abril, que os barracões ilegais são cada vez mais, o problema da água na Lapa, para a Câmara chamar atenção da GNR por causa de estrume que se encontra na via pública junto à casa do interveniente, pergunta qual foi a alternativa para o autocarro, qual vai ser a solução para o terreno no Bairro do Alardo junto à vinha dos herdeiros do Dr. Esteves, qual a atitude que foi tomada em relação ao acampamento Nevestrela e por ultimo se o Sr. Presidente da Câmara já tomou alguma atitude em relação aos maus tratos de que foi alvo.

O Sr. Vereador José Serra respondeu ao Sr. Deputado que o saneamento da Rua das Prezas se encontra em estudo, quantos aos barracões havia já alguns, outros vão aparecendo, e, não está o assunto esquecido pois ainda hoje se mandou averiguar um que apareceu recentemente. No respeitante ao terreno do Alardo, este encontra-se no domínio hídrico e não está bem esclarecida a situação. Enquanto não se esclarecer de uma vez por todas a situação não se pode avançar. Quanto ao autocarro e ao Nevestrela não percebeu onde o Deputado quer chegar, e, quanto a maus tratos, foram mais dirigidos a ele que ao Sr. Presidente. Já não é a primeira vez que acontece e tem que se saber perdoar. É evidente que são situações que não se querem ver repetidas, contudo, também não são situações que requeiram medidas drásticas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Sr. Presidente da Câmara tomou da palavra para referir que em relação ao autocarro de 20 mil contos achou-se que não era tão necessário assim e que o autocarro existente mais a carrinha de nove lugares adquirida recentemente podem resolver, para já, o problema dos transportes dos alunos.

O Sr. Deputado Carlos Fraga apresentou uma proposta, em nome do PP, que consistia em na proxima Assembleia ser feita convocatória para dois dias e no segundo os Srs Deputados poderem observar as obras postas em curso pelo Executivo.

A proposta foi aceite, embora alguns Deputados tenham dito que não poderiam estar presentes no segundo dia, que seria o sábado.

Na intervenção, o Sr. Deputado Novo de Matos começou por referir que não tinha recebido a resposta aos requerimentos 1/95/AM e 2/95/AM pelo que continuava a aguardar resposta.

Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro que no seguimento da proposta apresentada pela CDU para as comemorações do 25 de Abril, apenas uma semana antes da data conseguiu contactar com os membros da Comissão Parlamentar constituida para o efeito e chegar a acordo sobre o que se poderia fazer, que era a actuação de Grupos Corais na véspera e no dia 25 um debate, pelas 3 da tarde. Foram colocados uns editais que a população não lê, ou só lê depois de passar, e de facto fez-se o debate que até não correu tão mal como isso, embora a comunicação social da terra não tenha estado presente.

Na ultima Assembleia colocou uma questão ao representante da Assembleia na Comissão de Saúde que espera ver respondida.

Também nesta intervenção fez uma proposta que se encontra anexa a esta acta(01/95-AM), sobre o estado da saúde em Manteigas.

Apresentou também uma outra proposta para o Plano de Ordenamento das Penhas Douradas, que também se encontra anexa a esta acta (proposta 02/95-AM).

O Sr. Presidente da Câmara interveio para responder ao Sr. Deputado Novo de Matos que em relação ao Teleférico, foi consultado o Parque que referiu que existia de facto um pedido de parecer sobre volumetria de um projecto que pretendia implantar naquele local um restaurante. Levantando-se a duvida de qual seria a Câmara a dar parecer, ficou esclarecido que seria a Câmara de Manteigas. Até a data não deu entrada nesta Câmara qualquer projecto para esse local.

Quanto ao Ski Clube, também foi consultado o Parque que disse nada ter sobre a matéria, mesmo na vertente de Federação.

O Sr. Deputado Adelino Custódio pediu para intervir, na qualidade de Membro da Comissão Consultiva de Saúde, respondendo ao Sr. Deputado Novo de Matos que tinha conseguido apurar em relação ao caso exposto na ultima Assembleia, que foi essencialmente o que constava da Certidão de Óbito, que referia que era um doente alcoolizado, que não referia queixas, tendo sido conduzido ao Hospital de Manteigas, transferido no dia seguinte para o Hospital da Guarda, onde viria a falecer cinco dias depois, como causa de morte "delirium tremis".

Então o Sr. Deputado Novo de Matos referiu que isso não é causa de morte para ninguém.

Pediu também que fosse votada uma moção que tinha entregue no inicio da sessão sobre o Decreto-Lei 55/95 que a seguir se transcreve:

**Moção sobre o Decreto-Lei 55/95**

Regime de concursos para financiamento de empreitadas.

O governo alterou a legislação até aqui em vigor sobre o regime de despesas publicas com empreitadas de obras publicas e aquisição de serviços bem como a contratação publica relativa à prestação de serviços e aquisição de bens.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Considerando que esta decisão do governo se traduz na redução de poderes das Assembleias Municipais ao retirar a competência para fixar o valor a partir do qual se torna obrigatório a abertura de concurso público prejudicando ainda mais a capacidade destas de exercerem o seu papel fiscalizador; considerando que o governo pretende com este Decreto-Lei eliminar a possibilidade das autarquias recorrerem à realização de obras por administração directa ao fixar a obrigatoriedade de submeter a concurso todas as obras acima dos vinte mil contos; considerando que o governo invoca abusivamente objectivos de uma directiva comunitária que não impõe nem poderia impor que a Administração Pública deixe de executar aquilo que pode porque considera útil realizar; considerando que a aplicação deste Decreto-Lei vai traduzir-se num desperdício de recursos humanos e técnicos existentes em inúmeros municípios do país e no inevitável despedimento de milhares de trabalhadores das autarquias e num novo e adicional golpe ao desenvolvimento de importantes regiões do país; considerando que tal diploma significa não uma mera regulamentação administrativa mas uma intolerável imposição de modelos de gestão do poder local na base de critérios objectivos e motivações da política contra as autarquias que o actual governo vem prosseguindo a Assembleia Municipal delibera:

- 1 - Pronunciar-se contra todas as alterações introduzidas pelo governo ao Decreto-Lei 390/82, com o Decreto-Lei 55/95;
- 2 - Apoiar o pedido de rectificação deste Decreto-Lei apresentado na mesa da Assembleia da República a apelar aos deputados ai eleitos para que o votem favoravelmente.

Manteigas 28 de Abril de 1995.

O Sr. Deputado Luis Melo pediu a palavra para referir que não pode pronunciar-se sobre uma matéria tão importante sem discutir o Decreto-Lei na sua totalidade. Diz o Decreto que a regulamentação comunitária carece de transcrição para o ordenamento interno, nomeadamente das directivas comunitárias invocadas no Decreto diz que adjudicação de obras não pode ultrapassar os valores referidos nessas mesmas directivas.

Seguidamente o Sr. Presidente pôs a votação a moção apresentada que foi aprovada com nove votos a favor e sete abstenções.

Sobre a proposta 01/95-AM do Sr. Deputado Novo de Matos, o Sr. Presidente da Mesa pôs a votação e foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Deputado Luis Melo referiu-se, na sua intervenção, à qualidade da água da Freguesia da Sameiro, problema que pode ser facilmente resolúvel assim como o foi na Vila.

Pedi para ser elucidado sobre o andamento do projecto do Mercado Municipal e sobre as zonas de RAN no Parque da Reboleira.

Sobre o pedido de esclarecimento do mercado, foi respondido pelo Sr. Presidente da Câmara que tinham autorização da DRABI para o instalar na zona prevista para a sua instalação desde que apresentassem um plano de pormenor ou um plano de urbanização para que o terreno seja desanexado.

Relativamente à Relva da Reboleira esta a ser levado em conta as zonas de RAN de maneira a que estas continuem em condições de voltarem a ser utilizadas se necessário.

O Sr. Deputado Albino Cardoso perguntou o que se passa que continua sem receber as actas da Câmara desde Janeiro. Perguntou também qual o balanço da II Mostra de Actividades de Manteigas, ao qual foi respondido pelo Sr. Presidente da Câmara que tinha corrido muito bem. O número de expositores aumentou, quanto aos volumes negociais envolvidos não se consegue saber. A título de novidade informou que o Sr.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Secretário de Estado da Industria veio a Manteigas e depois teve um almoço de trabalho com os industriais presentes. Esperamos que tenha sido proveitoso. Também se fez um jantar de encerramento com todos os expositores onde foi voz comum que a Mostra devia ser anual e não bienal. Talvez por isto se ache que foi bastante positiva. É evidente que cada um tirará as suas ilações.

Após a explicação do Sr. Presidente da Câmara o Sr. Deputado Albino Cardoso solicitou que fosse votada a moção que tinha sido por ele apresentada no inicio da sessão.

O Sr. Presidente da Mesa pôs a votação a moção que foi aprovada por unanimidade. Cerca das três horas e vinte minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a Sessão, da qual vai ser lavrada a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada pelos Membros da Mesa.

---

---

---